



1910-2010

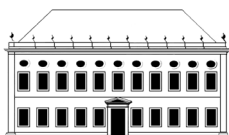
**COMUNICAÇÃO
E EDUCAÇÃO
REPUBLICANAS**

R

Ana Teresa Peixinho
Clara Almeida Santos

COORDENAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)



D O C U M E N T O S

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Email: imprensauc@ci.uc.pt

Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA

Carlos Costa

REVISÃO

Maria da Graça Pericão

ISBN

978-989-26-0106-9

**O SERVIÇO PÚBLICO DE RÁDIO EM TRANSIÇÃO:
ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DA RADIODIFUSÃO PORTUGUESA**

Este artigo analisa a forma como a rádio pública evoluiu em Portugal, no período compreendido entre 1975 e meados da primeira década de 2000. São cerca de trinta anos, que compreendem a vida da Radiodifusão Portuguesa (RDP), nascida com a nacionalização e desaparecida após a junção com a televisão pública.

O texto resulta da investigação documental realizada no âmbito do doutoramento em curso, na área de Ciências da Comunicação, na Universidade de Coimbra. Trata-se de um trabalho eminentemente descritivo, no qual se identificam os momentos principais da vida da RDP. O objectivo principal é a construção de uma base para a história da rádio pública em Portugal e para o posterior enquadramento teórico desta evolução.

A nacionalização

A Emissora Nacional (EN) passou ao lado da renovação que atingiu a rádio nos anos 60. Debaixo do controlo censório, nunca deixou de ser o altifalante do regime (Cristo, 2005; Rbeiro, 2005). Manteve-se “com as cançonetas das vozes da música ligeira portuguesa e com Salazar na garganta”, como retrata José Manuel Nunes²³⁰. Como consequência, os anos que antecederam o 25 de Abril de 1974 foram de perda

²³⁰ Entrevista realizada em 31 de Março de 2010 (José Manuel Nunes apresentou e dirigiu um dos programas mais relevantes de rádio na década de 60, a “Página Um”. Nos anos 80 e 90 dirigiu vários sectores da rádio pública. Entre o final de 1995 e 2002 foi presidente do Conselho de Administração).

de ouvintes, sobretudo no primeiro canal da EN²³¹. A pouca isenção da informação oficial parecia ter os seus custos. Além disso, a sofisticação da revolução cultural que do estrangeiro se escutava, parecia ser mais apelativa do que a tradição e o nacional cançonetismo, que perpassavam nas emissões da rádio oficial. Quando se dá a Revolução dos Cravos, a EN, apesar de ter alguns profissionais atentos ao que se fazia lá fora é, claramente, um organismo estagnado.

A EN não desempenhou qualquer papel activo na movimentação de Abril de 1974. Depois de ocupada pelos militares, a sua emissão é interrompida e, simbolicamente, é feito o corte com o passado. Segue-se um período de desnorte, resultante do choque entre o poder cessante e a nova direcção (Serejo, 2001). À frente da EN ficarão, até 1979, comissões militares²³².

Experimenta-se a liberdade nas emissões da rádio oficial. À euforia inicial seguem-se a instabilidade e os excessos que marcam o Período Revolucionário Em Curso (PREC): saneamentos, lutas das várias comissões de trabalhadores, abaixo-assinados, ocupações militares e uma sucessão de várias direcções na emissora. Trava-se uma luta feroz pelo controlo dos media (Mesquita, 1996). Porém, uma coisa parecia não ter mudado, depois de Abril: a estação oficial continuava a sua tarefa de formação da opinião pública e de sensibilização das massas. Desta vez, ao serviço dos ideais da revolução.

Este conturbado período culmina com o 25 de Novembro, que leva à nacionalização da rádio²³³. O sector da radiodifusão em Portugal ficou, desde então, alicerçado em dois pilares: o Estado e a Igreja. Foram nacionalizadas praticamente todas as estações do país: com o objectivo de assegurar o serviço público de rádio, nasceu a Empresa Pública de Radiodifusão (EPR), juntando à EN, os Emissores do Norte Reunidos, o RCP, a Rádio Alto Douro, a Rádio Ribatejo, o Clube Radiofónico de Portugal, a Rádio Graça, Rádio Peninsular, Rádio Voz de Lisboa e Alfabetas (Emissores Associados de Lisboa). De fora ficariam apenas a RR²³⁴ e pequenas estações como a

²³¹ Cf. Inquérito do Serviço de Inspecção / Análise de Programas aos Ouvintes de Rádio da ENR, Abril de 1972 a Abril de 1973.

²³² Logo após o 25 de Abril, entra, também em funções uma comissão civil, que ficará a dirigir as emissões. Os responsáveis imediatos pela programação foram, pois, o major Delfim Moura, da comissão ad-hoc, e Álvaro Belo Marques, da comissão civil (cf. "Uma nova madrugada", *in* Diário de Lisboa de 5 de Setembro de 1974).

²³³ Definida pelo Decreto-Lei n.º 674-C75, de 2 de Dezembro.

²³⁴ A RR fica de fora devido à Concordata com a Santa Sé e à vocação religiosa dos portugueses.

Rádio Altitude, da Guarda; a Rádio Pólo Norte, do Caramulo; o Rádio Clube de Angra e o Clube Asas do Atlântico, ambos dos Açores.

Os motivos que levaram à nacionalização eram claramente explicados no decreto legislativo: era necessário que a rádio abandonasse o comportamento apaixonado e panfletário dos últimos tempos, ganhasse isenção e serenidade, e servisse o povo. Recorde-se que o poder da rádio, num país com tantos analfabetos, era enorme. Além disso, a nacionalização permitia resolver outros problemas, como a necessária sujeição às limitações internacionais e a racionalização da gestão do sector.

A nova EPR é uma empresa gigante, sem planeamento prévio. É uma construção jurídica que resultou de um mero somatório de bens. Além de 2600 trabalhadores, a rádio nacionalizada tem mais de dez edifícios na capital, delegações e estúdios em várias cidades, três orquestras, um cinema, uma editora, uma fábrica de discos e uma exploração agrícola, entre outros²³⁵. Tem funcionários públicos e trabalhadores do sector privado. Mas ainda: o próprio espírito das empresas agora reunidas é bem distinto.

A situação da EPR era muito complexa, segundo João Figueiredo, então presidente da comissão administrativa (CA²³⁶): “a dispersão e inadequação das instalações; a obsolescência dos equipamentos; a deficiente especialização da massa laboral; a inadiável necessidade de reconversão de toda uma pesada máquina administrativa, de tipo estadual, num aparelho capaz de ocorrer às exigências de uma Empresa que se quer dinâmica e com um máximo de rentabilidade”²³⁷. Para fazer face à situação, no imediato, as direcções pouco mais puderam fazer do que avançar com medidas pontuais.

A designação Radiodifusão Portuguesa (RDP) surge em Fevereiro de 1976²³⁸, substituindo a anterior. A publicação dos seus estatutos acontece apenas em Abril²³⁹. A RDP nasce então como pessoa colectiva de direito público. A dimensão mais im-

²³⁵ Cf. Relatório da Comissão Administrativa da RDP, com data de 12 de Julho de 1979 e Anuário da RDP de 1977.

²³⁶ Neste texto é usada a abreviatura CA para designar Comissão Administrativa e Conselho de Administração.

²³⁷ Cf. “Os portugueses terão, no futuro, a rádio que merecem”, *in* Tempo de 9 de Dezembro de 1976.

²³⁸ Cf. Decreto-Lei n.º 153/76, de 23 de Fevereiro.

²³⁹ Decreto-Lei n.º 274/76, de 12 de Abril.

portante que o documento pretendia passar era a da construção de uma “imagem genuinamente democrática”²⁴⁰. No entanto, o estatuto é revogado²⁴¹ e tem início a “fase mais crítica da RDP, traduzida numa sucessão de situações mal definidas”²⁴². A RDP vive, provisoriamente, com o diploma que orienta genericamente as empresas públicas²⁴³, até que, em 1984, é finalmente aprovado o seu estatuto²⁴⁴. O documento veio enquadrar a empresa ao nível normativo e orgânico. É ressalvada a sua autonomia de gestão e administração, assim como a independência em relação aos poderes político e económico. É definida a atribuição principal da RDP, como sendo a prestação do serviço público. Os órgãos da empresa são alterados, passando a ser compostos por um conselho geral, um conselho de administração e uma comissão fiscal. Todos eles tinham uma maioria mais ou menos significativa de membros eleitos pelo Governo.

A reestruturação

A RDP está oficialmente em situação económica difícil, desde 1979²⁴⁵. A CA, agora dirigida por Humberto Lopes, considera que a RDP vive uma “situação administrativa caótica e uma profunda crise económico-financeira”²⁴⁶. Privada das taxas até esse ano, a RDP tinha de recorrer a empréstimos estatais e bancários para garantir a sua actividade, uma vez que a publicidade não chegava. Foi essa a origem dos sucessivos resultados negativos (os prejuízos transitados entre 1975 e 1980, totalizavam 1691000 contos).

Ao entrar na nova década, a RDP é uma empresa à espera: do saneamento financeiro, da aprovação de uma Lei da Rádio, dos estatutos da empresa e dos trabalhadores, e da resolução das complexas situações dos seus funcionários. Entre Janeiro de 1979 e Fevereiro de 1980, a RDP tem três administrações, nomeadas por outros

²⁴⁰ Cf. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 274/76, de 12 de Abril.

²⁴¹ Cf. Decreto-Lei n.º 17/79, de 8 de Fevereiro.

²⁴² Cf. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 167/84, de 22 de Maio.

²⁴³ Cf. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 167/84, de 22 de Maio.

²⁴⁴ Decreto-Lei n.º 167/84, de 22 de Maio.

²⁴⁵ Cf. Resolução n.º 110/97, de 28 de Fevereiro de 1979.

²⁴⁶ Cf. Relatório da Comissão Administrativa da RDP, com data de 12 de Julho de 1979, página 1.

tantos Governos. À instabilidade política correspondia a rotatividade directiva da RDP, resultando em avanços e recuos na reorganização da empresa.

Em 1982 é firmado entre a tutela e a RDP um acordo de saneamento económico-financeiro (ASEF)²⁴⁷. Segundo o director financeiro da RDP, Alves Cunha, o acordo marcou a viragem na vida da RDP, porque: “actualizou as taxas de radiodifusão para os níveis de que a RDP carecia; definiu um regime de contenção de custos rigoroso, no qual se salienta a gradual redução dos efectivos (...); possibilitou a reconversão tecnológica da empresa (...); transformou a imagem da empresa junto da Banca, do Estado, Previdência e generalidade dos fornecedores”²⁴⁸.

Entretanto, a receita das taxas começa a estar disponível com mais eficácia. Em 1986, depois de um lento processo, a cobrança da taxa atinge já 98% do território continental²⁴⁹. Pode considerar-se que a segunda metade da década foi já de alguma consolidação, apesar de se manterem a austeridade e a contenção como linhas fortes da gestão. Em 1988 a RDP teve, pela primeira vez, um valor positivo no seu Fundo de Maneio Líquido²⁵⁰.

As emissões

Inicialmente, a RDP limitou-se (salvo pequenos ajustes) a acumular os canais recebidos, sem articular as suas programações²⁵¹. No final da década de 70, a RDP tinha, ao todo, um canal internacional²⁵², quatro nacionais, cinco regionais e três locais²⁵³. O seu leque de emissões nacionais incluía programação de serviço público (programas 1 e 2 da ex-EN) e programação comercial com exploração de publicidade (programas 3 e 4, oriundos do ex-RCP). Estes últimos separaram-se dos dois pri-

²⁴⁷ Publicado na II série do Diário da República de 31 de Março de 1982.

²⁴⁸ Cf. “O director financeiro ao ‘informação rádio’”, *in* Boletim da RDP n.º2, de Janeiro de 1985.

²⁴⁹ Cf. Relatório e contas de 1986.

²⁵⁰ Cf. Relatório e Contas de 1988.

²⁵¹ Cf. Relatório da Comissão Administrativa da RDP, com data de 12 de Julho de 1979.

²⁵² As emissões internacionais eram feitas em português, mas existiam conteúdos em francês, inglês, alemão, italiano, espanhol e concani.

²⁵³ Cf. Relatório da Comissão Administrativa da RDP, com data de 12 de Julho de 1979.

meiros em 1979. É o nascimento da Rádio Comercial (RC). Daí para a frente, os canais da RDP ficam, claramente, divididos em dois sectores: o de serviço público e o comercial. Apesar de um curto período em que a publicidade se estendeu ao primeiro canal, a partir de 1982, esta divisão é vincada e o serviço público ganha peso enquanto conceito²⁵⁴. No início dos anos 80 a rádio pública está ainda a adaptar-se às novas dinâmicas sociais e informativas. As suas emissões têm três objectivos: informar, cultivar e distrair²⁵⁵. A informação vai ganhando relevo no quotidiano da rádio.

A Antena 1 (designação a partir de 1981) é uma rádio dirigida ao grande público, feita entre a informação (não apenas no sentido jornalístico) e a música. Acompanha os momentos marcantes do país, ao nível religioso, desportivo ou institucional²⁵⁶. É uma rádio frequentemente em itinerância pelas regiões, com uma marca que se tornaria distintiva: a música portuguesa. O Programa 2 tinha, desde meados de 1981, uma nova orientação com vista ao alargamento do seu público. Tinham sido incluídas áreas como o jazz, a música popular, o cinema ou a biologia, entre outras²⁵⁷. Para a sua programação contribuíam as duas orquestras sinfónicas da RDP. O canal erudito da RDP seria, mais tarde, pioneiro em Portugal, ao co-produzir e transmitir em directo, via satélite, uma emissão com a Rádio France Musique²⁵⁸.

A RC, que se definia como “urbana, jovem e dinâmica”, realizava iniciativas com bastante impacto. As suas duas emissões, em onda média (OM) e frequência modulada (FM) eram tão diferentes, que as iniciativas que promoviam atingiam públicos muito distintos. A rádio apoiava, ao mesmo tempo, um concerto de Jordi Savall, a Feira Nacional da Agricultura²⁵⁹, ou o espectáculo dos Iron Maiden. Uma das suas iniciativas mais marcantes, o Piquenício, chegava a reunir cerca de 100 mil pessoas²⁶⁰.

²⁵⁴ Cf. Ordem de serviço série A, n.º51/82, de 30 de Setembro e n.º1/83, de 3 de Fevereiro; e Projecto Óptica Divisional/Serviço Público, do Gabinete de Planeamento da RDP, de 15 de Março de 1982.

²⁵⁵ Cf. “A RDP/Empresa pública (II), *in* Informação Rádio – Boletim da RDP n.º2, de Janeiro de 1985.

²⁵⁶ Cf. Informação Rádio – Boletim da RDP n.º1, de Dezembro de 1984.

²⁵⁷ *Idem*, op. Cit.

²⁵⁸ Cf. Relatório e contas de 1988.

²⁵⁹ Cf. Relatório e contas de 1987.

²⁶⁰ Cf. Relatório e contas de 1986.

O impacto da RC era grande no mercado. Em 1981, a sua cota publicitária ultrapassava os 50%.

A RDP Internacional continuava com as suas emissões para a Europa, América do norte, América do sul, África, Oceânia, médio e extremo oriente. Mas, para reduzir custos, as emissões em língua estrangeira foram progressivamente alteradas e extintas²⁶¹. É uma altura de viragem para o Centro Emissor de Ondas Curtas (CEOC) que, ao fim de cerca de cinquenta anos, via as suas emissões, pela primeira vez, reduzidas²⁶².

A regionalização

A génese do movimento das rádios locais remonta, em Portugal, ao final dos anos 70. Em meados da década seguinte, o movimento tem já uma grande dimensão e está social e economicamente estabelecido (Azevedo, 2001). A rádio pública “não podia ficar indiferente ao triplo desafio que é o aparecimento destas rádios, as solicitações que lhe são constantemente apresentadas por autarquias locais que pretendem uma estação local da RDP, e a rentabilização e optimização dos seus próprios meios”²⁶³, como explicava Estrela Serrano, então assessora do CA da RDP para a regionalização.

A criação de rádios locais²⁶⁴ era um desejo que se apoiava na existência, desde 1975, de núcleos como os de Elvas e Bragança, dentro do serviço público; e da Rádio Porto, que se inseria no serviço comercial da RDP²⁶⁵. Além disso há vários anos que, durante alguns momentos do dia, os emissores de Faro, Coimbra e Porto tinham produção própria. O ponto de partida foi o conjunto de instalações que haviam sido construídas durante o Estado Novo, anexadas a emissores de OM. Assim avançou a regionalização²⁶⁶, começando pelos locais em que havia disponibilidade das autarquias para celebrar protocolos. Viseu foi a primeira cidade. O objectivo era criar rádios nas

²⁶¹ Cf. Informação Rádio – Boletim da RDP n.º1, de Dezembro de 1984.

²⁶² Cf. Informação Rádio – Boletim da RDP n.º10, de Dezembro de 1985.

²⁶³ Cf. “1985 – O ano da localização da rádio”, *in* Informação Rádio – Boletim da RDP n.º3, de Fevereiro de 1985” páginas 11-12.

²⁶⁴ Cf. Documento anexo à proposta de ASEF s/d (arquivo RTP).

²⁶⁵ Cf. ordens de serviço série A, n.ºs 43/81, 10/82 e 17/82.

²⁶⁶ Cf. Ordem de serviço série A, n.º5/85, de 5 de Fevereiro.

capitais de distrito. As estações locais teriam produção própria e publicidade, mas seriam independentes em relação aos poderes políticos e económicos da região. Economicamente, deveriam ser auto-suficientes²⁶⁷. Naturalmente, a intenção regionalista da RDP não era alheia à possibilidade de um aumento de receitas publicitárias.

A política descentralizadora vai acontecendo aos poucos, recorrendo aos meios técnicos existentes. Em 1986 a RDP conta com várias emissões de proximidade no território do continente: RDP Norte (cerca de 20 horas semanais), RDP Centro – Rádio Coimbra (cerca de 120 horas semanais), RDP Sul – Rádio Algarve (cerca de 100 horas semanais), Rádio Porto²⁶⁸ (cerca de 126 horas semanais), Rádio Nordeste (cerca de 14 horas semanais), Rádio Alto Douro (cerca de 70 horas semanais), Rádio Viseu (cerca de 44 horas semanais), Rádio Guarda (cerca de 37 horas semanais), Rádio Santarém (cerca de 49 horas semanais) e Rádio Elvas (cerca de 40 horas semanais). Em 1987, começa a funcionar a RDP Covilhã (com cerca de 37 horas semanais).

A aventura das emissões de proximidade da RDP terminará antes do meio da década de 90, devido a motivos económicos (Serejo, 2001) e à necessidade de usar os emissores para a futura Antena 3, como é referido por José Manuel Nunes²⁶⁹.

A actualização tecnológica

Tecnicamente obsoleta, a RDP investiu, ao longo da década de 80, na melhoria das condições, quer de recepção, quer de produção. Em 1988 implementa o Radio Data System (RDS). E a partir de 1994 renova a sua rede de emissores²⁷⁰, com um investimento que não tinha paralelo nas últimas três décadas. A recepção por satélite foi alargada a todas as estações da rede. O grande investimento era já na FM, mas a recepção em OM ainda sofreu melhorias. Com o fim das rádios locais, a RDP

²⁶⁷ Cf. Ordem de serviço série A, n.º5/85, de 5 de Fevereiro.

²⁶⁸ A Rádio Porto havia sido integrada na estrutura da RC no último trimestre de 1987. Em Abril do ano seguinte passaria a designar-se Rádio Comercial Norte (RCN).

²⁶⁹ Entrevista realizada a 31 de Março de 2010.

²⁷⁰ Cf. “Ao telefone com.... João Soares Louro”, *in* Tal & Qual, de 7 de Janeiro de 1994.

investia agora na melhoria dos seus programas nacionais²⁷¹, incluindo obras nos estúdios e nas centrais técnicas, e a instalação de estações de microcobertura, sobretudo no final da década. O objectivo era a universalidade no acesso. A partir de 1997, a digitalização torna-se prioritária. E, com a mudança de edifício, em Lisboa²⁷², dá-se, também, a mudança de paradigma. O computador surge, omnipresente, nas rotinas da estação²⁷³. Em 1998 a rádio pública salta para duas novas plataformas: a Internet (com quatro emissões em *streaming* e algum áudio *on demand*) e o Digital Audio Broadcasting (DAB), tido à época como a grande aposta para o futuro da RDP.

A reestruturação

O redimensionamento iniciado nos anos 80 prossegue ao longo da década seguinte: através da saída natural dos funcionários, de incentivos à reforma, da extinção das orquestras e da venda da RC. A segunda metade da década de 80 é de evolução geralmente favorável na vida económico-financeira da RDP²⁷⁴. Porém, em 1992, a nova administração de Soares Louro ainda encontra uma RDP com uma estrutura pesada e burocrática, instalações dispersas e degradadas, pouca autonomia e flexibilidade decisória, desadequação de órgãos existentes, incumprimento de planos de desenvolvimento e falta de comunicação²⁷⁵. A RDP entra num novo período de renovação e redimensionamento.

Logo no início de 1994, o estatuto jurídico da rádio pública é alterado²⁷⁶. A RDP passa a sociedade anónima, no seguimento do que havia acontecido à televisão. Esta alteração do modelo empresarial permitiu à RDP uma maior flexibilidade na gestão. O Estado deixaria de ter poder directivo e tutelar e passava

²⁷¹ Cf. “RDP transforma rede de emissores”, in Diário de Notícias, de 15 de Dezembro de 1994.

²⁷² A RDP adquire, em 1993, o edifício Phillips, em Lisboa, com o objectivo de terminar com a dispersão de instalações que existia na capital. A mudança, em plena fase de renovação da empresa, marca, também, uma ruptura com o passado.

²⁷³ Cf. Relatório e contas da RDP de 1996, página 7.

²⁷⁴ Cf. Relatório e contas de 1990.

²⁷⁵ Cf. Ordem de serviço n.º21/92, de 29 de Outubro.

²⁷⁶ Cf. Decreto-Lei n.º2/94, de 10 de Janeiro.

à situação de accionista²⁷⁷. Das principais alterações, destacam-se a criação do Conselho de Opinião (CO) maioritariamente formado por representantes de sectores socialmente relevantes, a celebração de um contrato de concessão de serviço público²⁷⁸, e a eleição do CA em assembleia-geral (AG), que deveria ser convocada pela tutela num prazo máximo de 60 dias.

Em 1996 começa um novo ciclo na empresa, apostada na modernização tecnológica, na estabilidade da sua orgânica e no fortalecimento das suas finanças²⁷⁹. Um dos factores mais importantes nesse âmbito, foi o acordo celebrado com o Governo, que permitiu a passagem para a Caixa Geral de Aposentações das responsabilidades inerentes a quase um milhar de aposentados. Será assim, estabilizada ao nível da orgânica, da regulamentação e das finanças, que a RDP irá entrar na nova década.

Em 1996, o CO passa a ser responsável²⁸⁰ pela proposta ao Estado dos nomes de um ou dois vogais (consoante o número final de elementos do elenco) e do vice-presidente do CA. A administração em funções, dirigida por José Manuel Nunes, apresenta a demissão e, após reunião do CO, foi eleita de acordo com o novo modelo.

As orquestras

As Orquestras Sinfónicas da RDP são extintas em 1989²⁸¹. Porém, o processo ainda se arrastou durante uns anos. Na origem da degradação das condições deste sector da rádio esteve o excessivo peso acarretado pela Orquestra Sinfónica do Porto, que entretanto passara para a alçada da EN²⁸². As orquestras eram um encargo pesado para a RDP. E parte das indemnizações compensatórias que a empresa recebia,

²⁷⁷ Cf. Decreto-Lei n.º2/94, de 10 de Janeiro. Com este decreto são publicados os novos estatutos da RDP, nos quais aparece o Conselho de opinião, em substituição do Conselho geral. Ao conselho de opinião cabe a eleição de dois membros do CA.

²⁷⁸ Assinado em 1999. Fica definido que a única fonte de receitas da RDP será o resultado da cobrança da taxa de radiodifusão (cf. Contrato de Concessão de Serviço Público de Radiodifusão (consultado em http://ww1.rtp.pt/wportal/grupo/pdf/radio_ccsp.pdf, em 18 de Maio de 2010).

²⁷⁹ Cf. Relatório e contas da RDP de 1997.

²⁸⁰ Cf. Alterações aos Artigos n.ºs 21 e 22 do Decreto-Lei n.º2/94, publicados na 3ª Série do Diário da República, n.º 166, de 19 de Maio de 1996.

²⁸¹ A Orquestra Ligeira foi-se extinguindo aos poucos.

²⁸² Cf. "Notas sobre uma Orquestra Sinfónica em Lisboa", de José Manuel Nunes, documento datado de 19 de Maio de 1992 (arquivo da RTP).

a elas se devia. Em 1985 decide-se terminar com esta situação. A estratégia da tutela passa pela criação de uma “régie cooperativa de interesse público”²⁸³, para a qual transitariam as orquestras. A Régie Sinfonia nasceu, mas não resultou. À extinção das orquestras da RDP seguiu-se um período de indefinição. Em 1992 a Sinfonia já não era maior do que uma orquestra de câmara, com sede no Porto, e composta por músicos, sobretudo, estrangeiros²⁸⁴. Entretanto, em Lisboa, os instrumentistas estavam parados desde o último concerto da Sinfónica da RDP, em Dezembro de 1989, e acabara por regressar à rádio²⁸⁵. Depois da extinção das orquestras da RDP, a tutela avançará com a criação, no Teatro Nacional de S. Carlos, da Orquestra Sinfónica Portuguesa, em 1993. O destino das orquestras da rádio foi traçado pela tutela, como explica José Manuel Nunes²⁸⁶: “Manter duas orquestras sinfónicas dignas e com qualidade é uma missão nobre mas cara. Os meios financeiros de que a RDP dispunha, mesmo na sua época de estabilidade financeira (...) não dariam para cumprir esse objectivo. O Estado não quis financiar um programa de reforma das orquestras da RDP, decidindo gerir directamente o sector sinfónico e operático”.

A venda da Comercial

A vaga liberalizadora que se sentia pela Europa chega a Portugal. Em meados dos anos 80, o debate sobre a abertura de canais privados de televisão intensifica-se. É, também, o reflexo da adesão de Portugal à CEE. No Governo, o partido social democrata (PSD) pretende abrir os média audiovisuais ao sector privado, e garantir apenas “um serviço público mínimo na Rádio e na Televisão”²⁸⁷.

A manutenção de uma rádio comercial dentro da estação de serviço público nunca foi consensual. Eram dois contextos com objectivos e métodos de trabalho diferentes. Mas a RC era o grande competidor da RR. Destacara-se, sobretudo no

²⁸³ Cf. Decreto-Lei n.º434/85, de 23 de Outubro e Decreto-Lei n.º435/85, de 23 de Outubro.

²⁸⁴ Cf. Memorando do Gabinete do Subsecretário de Estado Adjunto da Secretaria de Estado da Cultura, datado de 22 de Julho de 1992 (Arquivo da RTP).

²⁸⁵ Cf. Carta do Conselho de Administração da RDP n.º 334/CA/92, de 11 de Agosto de 1992.

²⁸⁶ Cf. Entrevista realizada em Janeiro de 2010.

²⁸⁷ Cf. Programa do XI Governo Constitucional (<http://www.psd.pt/archive/doc/GC11.pdf>, consultado em 31 de Março de 2010).

início dos anos 80, quando apresentava novas propostas e tinha um reconhecido grupo de profissionais. Antes da privatização, e apesar da queda nas audiências, a RC era ainda responsável por mais de metade da audiência da RDP. Mas o mercado havia mudado. Havia a recém-criada RFM, a Rádio Correio da Manhã ou a Rádio Cidade²⁸⁸. E com a legalização das privadas, os problemas agudizaram-se, como explica Jaime Fernandes: “como facturávamos muito bem do ponto de vista comercial, nós tínhamos capacidade orçamental para estar sempre a inovar (...) íamos buscar os melhores. Com a fragmentação da publicidade através das rádios locais, (...) a publicidade começa a ser distribuída e a RC começa a ter dificuldades, e eu diria que, a partir de 90, 91, a RC perde todo o *élan*”²⁸⁹. O próprio sector sempre fora hostil ao privilégio de que a RDP gozava com a situação. O destino da RC é traçado precisamente por esta conjugação de pressões políticas e de mercado. A saída de João David Nunes, em 1988, havia marcado o início do declínio.

O processo de privatização da RC foi complexo, uma vez que a rádio não tinha ao seu serviço apenas os meios do RCP aquando da nacionalização. A estação é formalmente desligada da RDP em Setembro de 1992 e é desencadeado o processo legislativo para a sua passagem a empresa privada²⁹⁰. Até ao final desse ano são desenvolvidos os restantes mecanismos legais necessários à alienação²⁹¹ e à venda²⁹². A RDP abandona definitivamente a publicidade nas suas emissões no último dia de 1992²⁹³. No dia 31 de Março de 1993, Carlos Barbosa e Botelho Moniz concorriam à privatização da RC na Bolsa de Valores de Lisboa. Barbosa compraria a RC por um pouco mais de 1,2 milhões de contos. Adelino Gomes escrevia, no dia seguinte, que o RCP havia morrido pela segunda vez²⁹⁴.

A RC marcou o seu tempo pela inovação e uma dinâmica assinaláveis, sobretudo nos primeiros anos da década de 80. Foi a base da rádio moderna em Portugal.

²⁸⁸ Cf. “Rádios em disputa, Televisão em paz” *in* Expresso de 26 de Setembro de 1987.

²⁸⁹ Entrevista realizada em Janeiro de 2010. (Jaime Fernandes foi autor e apresentador de programas que ficaram na história da rádio. Teve cargos directivos e administrativos na RDP e no RCP. Foi o mentor da Antena 3).

²⁹⁰ Cf. Decreto-Lei n.º198/92, de 23 de Setembro.

²⁹¹ Cf. Decreto-Lei n.º260/92, de 24 de Novembro.

²⁹² Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º1/93, de 3 de Dezembro de 1992.

²⁹³ Cf. Relatório e contas de 1992.

²⁹⁴ Cf. “A segunda morte do Rádio Clube Português”, *in* Público, de 1 de Abril de 1993.

No início da década de 90, a RDP tinha por aproveitar a rede que lhe havia sido entregue em meados dos anos 80. De entre as várias teses que existiam dentro do CA, venceu a da criação de um canal jovem. O objectivo era que o novo canal pudesse recuperar o terreno perdido em relação à RR e à Rádio Correio da Manhã, além de combater o envelhecimento do auditório da RDP. O terceiro canal começa as emissões experimentais em Junho de 1993. Inicialmente tinha a designação RDP FM e apenas uma frequência em Lisboa e outra no Porto. Depois passou a ouvir-se em Braga e, ao longo do Verão de 1994, chegará a todo o país²⁹⁵. A trabalhar no novo projecto estavam cerca de uma vintena de profissionais (oriundos da RDP, da Rádio Energia e de outras estações da capital). Em Abril de 1994 começam as emissões regulares. Era, também, a inauguração das emissões a partir do novo Centro de Produção de Lisboa (na nova sede). A Antena 3 transmitia exclusivamente em FM. Era dirigida a um público entre os 15 e os 40 anos e tinha um modelo próximo das rádios FM americanas²⁹⁶. O objectivo, segundo Jaime Fernandes, era ser um “canal alternativo aos privados”²⁹⁷. A Antena 3 teve um bom desempenho ao nível das audiências, chegando a ser responsável por 60% da audiência da RDP²⁹⁸. Mas esse período dourado seria curto. Jaime Fernandes explica o abaixamento progressivo das audiências da Antena 3 com o “desinvestimento”²⁹⁹ feito pela administração seguinte, em relação ao projecto.

Entretanto, a RDP Internacional estava a mudar a sua orientação. O final da histórica “Hora da Saudade” e o início da “Hora da Amizade” eram o reflexo de uma rádio que já não pretendia dirigir-se aos emigrantes portugueses, mas sim a todos os que falavam português³⁰⁰. Além disso, havia sido percebida a desvantagem de uma hibridez na emissão, e o objectivo era diferenciar os programas para portugueses residentes no estrangeiro dos que se destinavam aos falantes de língua portuguesa.

²⁹⁵ Cf. “Antena 3 ao ataque”, *in* Sete, de 31 de Agosto de 1994.

²⁹⁶ Cf. “Copiámos o modelo das FM americanas”, *in* A Capital, de 12 de Maio de 1994.

²⁹⁷ Cf. “Antena 3 está no ar 24 horas para dar música aos ‘jovens’”, *in* Diário de Notícias, de 12 de Maio de 1994.

²⁹⁸ Cf. “Podíamos ter tido mais apoio” *in* A Capital, de 24 de Outubro de 1995.

²⁹⁹ Cf. Entrevista realizada em Janeiro de 2010.

³⁰⁰ Cf. “Acabou a hora da saudade” *in* Novo Jornal Cabo Verde, de 12 de Novembro de 1994.

Em 1995, a experiência africana da RDP é chamada de Canal África. Tinha entre seis a oito horas de emissão diária e fracas condições técnicas e humanas³⁰¹. A RDP África nasce, de facto, enquanto canal autónomo e com uma programação diferenciada e estruturada, em 1 de Abril de 1996³⁰². A programação, com 17 horas diárias, era transmitida em FM para Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em Janeiro de 1997 começaria a transmitir para Lisboa. Mais tarde seria a vez de Coimbra e Faro. Por satélite também chegará mais tarde a Angola.

Fora do país, a RDP avança com outros projectos. A rádio pública mantém desde 12 de Fevereiro de 1996, uma operação especial na Bósnia, que havia começado com a instalação em Sarajevo de uma delegação. Foram depois montados emissores de FM, que levaram às tropas portuguesas a Antena 1. Era produzido um programa diário com 15 minutos, destinado aos militares e respectivas famílias³⁰³. Em 1999, seria a vez do Kosovo³⁰⁴.

No início de 1994, a RDP começou a transmitir em OC o programa “Timor Loro Sae” para Timor Leste. A emissão, em português e tétum, era alvo de muitas interferências causadas pela Indonésia³⁰⁵. Depois de 1999, a RDP passa a transmitir sem interrupções para a região. É uma mudança impulsionada pelas alterações em curso na região. Em 2000, a RDP aluga 21 horas de emissão semanal na Rádio Timor Kmanek³⁰⁶ e, ainda nesse ano, começa a instalar emissores de FM no território. A Antena 1 (que tinha um programa semanal de contacto entre Portugal e Timor) pôde então ser ouvida no novo país e acompanhar todos os acontecimentos.

Um dos projectos mais relevantes da década foi a Rádio Expo. Durante seis meses a RDP colocou no ar uma estação que acompanhou a Expo 98, em Lisboa. O projecto era completamente digital e transmitiu em FM, OM, DAB e Real Audio na Internet. As emissões eram contínuas e contavam com uma equipa especialmente contratada e formada para o efeito. Tratou-se, sobretudo, da entrada oficial de Portugal na era do DAB. A Rádio Expo falou aos milhões de visitantes em portu-

³⁰¹ Cf. Relatórios e contas da RDP de 1997 e 2000.

³⁰² Cf. Relatório e contas da RDP de 1997.

³⁰³ Cf. Relatório e contas da RDP de 1996.

³⁰⁴ Cf. Relatório e contas da RDP de 2000.

³⁰⁵ Cf. “Indonésia contra RDP-I em Timor”, *in* Expresso, de 15 de Outubro de 1994.

³⁰⁶ Cf. Emissora católica da capital timorense.

guês, inglês, espanhol, francês e alemão. O seu papel foi, sobretudo, de serviço, atenta ao trânsito, fornecendo informações sobre a exposição, a meteorologia, a agenda cultural da capital e relatando as notícias internacionais. Funcionou como laboratório para futuras opções da RDP, uma vez que o seu funcionamento era integralmente digital³⁰⁷.

A aproximação dos operadores públicos

No seguimento do que vinha acontecendo na segunda metade da década, a rádio pública termina o ano de 2000 com um resultado líquido próximo do milhão de contos³⁰⁸. Tem como grande bandeira da estação o “Programa da Manhã”, conduzido por Francisco Sena Santos na Antena 1. A empresa está consideravelmente diferente. Tinha agora cerca de mil funcionários³⁰⁹. Em cerca de 15 anos o seu quadro havia emagrecido para menos de metade. E vinha acumulando sucessivos resultados líquidos positivos, durante a administração de José Manuel Nunes, o que permitiu, apesar dos enormes investimentos técnicos e da estagnação (desde 1998) do valor da taxa, atingir a estabilidade financeira³¹⁰.

Embora a criação de uma *holding* já fosse referida em meados dos anos 90³¹¹, a aproximação das empresas praticamente não passou da assinatura de acordos em áreas específicas³¹². Só em 2000 é criada a Portugal Global (PG), uma *holding* sob a forma de sociedade de gestão de participações sociais (SGPS), para gerir as participações do Estado em empresas de comunicação social³¹³. À frente da *holding* ficaria o presidente da RTP, João Carlos Silva, o que resultou numa convivência por vezes pouco pacífica com a RDP e a LUSA (Carvalho, 2002). O objectivo da tutela era

³⁰⁷ Cf. Relatório e contas da RDP de 1998.

³⁰⁸ Cf. Relatório e contas da RDP de 2000.

³⁰⁹ Em 2000 tem 1037 trabalhadores.

³¹⁰ A Dunn & Bradstreet e o BCP premiam a RDP pela sua solidez económica e financeira (cf. Relatório e contas da RDP de 2001).

³¹¹ Cf. “Fusão RTP/RDP só no fim do século”, *in* Semanário, 12 de Fevereiro de 1994.

³¹² Formas de mobilidade de funcionários e reciprocidade de promoção (cf. “RTP e RDP ‘juntam-se’” *in* Expresso, de 19 de Março de 1994), e colaborações na cobertura informativa, na formação e ao nível técnico (cf. “Mais perto na informação” *in* Diário de Notícias, de 8 de Setembro de 1994).

³¹³ Cf. Decreto-Lei n.º82/2000, de 11 de Maio.

reestruturar as empresas, sobretudo a problemática (ao nível financeiro) RTP e gerar sinergias entre as empresas. No entanto, as empresas mantiveram convenientemente a sua autonomia e identidade, conseguindo-se, dessa forma, uma coabitação tolerável (Carvalho, 2002).

As novas administrações: o braço de ferro

Em 2002 o Governo de António Guterres demite-se. Sucede-lhe Durão Barroso como primeiro-ministro de um Governo PSD/PP, que vem imbuído de um “forte ímpeto reformador” (Sousa, 2008:14). O novo Governo anuncia que pretende acabar com “uma das mais graves crises do sector dos media” participados pelo Estado³¹⁴.

Imediatamente, os trabalhadores da RDP e da RTP unem-se contra as anunciadas intenções da tutela³¹⁵. A discussão em torno das propostas do Governo para a comunicação social pública, principalmente para a televisão, domina, claramente, as agendas política e mediática.

Com o final do mandato da administração da rádio e a demissão da administração da televisão, as novas direcções são escolhidas em Conselho de Ministros no início de Maio de 2002. Para a presidência da RDP, da RTP e da PG é escolhido Almerindo Marques, um gestor com experiência em situações financeiras difíceis.

Mas a nomeação das administrações (que deveria ter sido feita pela PG) esbarra na resistência dos CO, que estão contra as políticas anunciadas, e que têm poder (total no caso da RTP, ou parcial, no caso da RDP) para vetar o elenco da administração. Segue-se um braço de ferro entre a tutela e os CO, que se prolonga por cerca de cinco meses. Só em Outubro as administrações da rádio e da televisão estão simultaneamente completas e a trabalhar. Para contornar a situação, a tutela teve de alterar a Lei da Televisão³¹⁶ (retirando poder aos CO), e aceitar um nome de consenso para o lugar de vogal na administração da rádio.

³¹⁴ Cf. Programa do XV Governo Constitucional (consultado em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC15/Governo/ProgramaGoverno/Pages/programa_p022.aspx a 20 de Abril de 2010).

³¹⁵ Cf. “RTP e RDP contra alienação de canais”, *in* Jornal de Notícias, de 6 de Maio de 2002.

³¹⁶ A primeira proposta de alteração é declarada inconstitucional.

Na base do projecto da tutela está o relatório redigido por um grupo de trabalho independente. O documento, entregue em Setembro de 2002, traduz uma actualização dos princípios inerentes ao serviço público de televisão. É sublinhada a importância do serviço público para a comunidade, assente em pilares como a universalidade, o reforço da identidade nacional e da inclusão social, a qualidade e a gratuidade no acesso, a independência e a gestão rigorosa³¹⁷. O Governo apresenta o seu projecto, intitulado “Novas opções para o audiovisual” ainda antes do final do ano. O documento centra-se, maioritariamente, na televisão. Porém, as mudanças impostas à rádio são enormes. O documento explica que, “por trás da ilusão dos resultados positivos estava uma empresa que desperdiçava dinheiro dos contribuintes e não prestava satisfatoriamente o Serviço Público a que está obrigada”. Havia perda de audiências, a programação era anacrónica, o auditório das Antenas 1 e 2 era demasiado envelhecido, o número de funcionários era excessivo, com uma elevada média de idades, além de existir uma política interna de promoções baseada na antiguidade e não no mérito³¹⁸. Porém, a Antena 3 não seria vendida, ao contrário do que inicialmente fora anunciado pelo Governo. As Antenas 1 e 2 seriam reformuladas, ao nível orgânico e dos conteúdos.

Tem início a reestruturação das empresas sob o lema “fazer melhor, com menos custos”³¹⁹. É um período de enorme instabilidade interna³²⁰. Centenas de trabalhadores aderem aos planos de rescisões propostos logo nos primeiros meses³²¹.

A integração sinérgica dos operadores públicos está em marcha. Avançam as promoções e acções mútuas de *marketing*. Prepara-se a partilha de instalações em

³¹⁷ Cf. “Relatório do grupo de trabalho sobre o serviço público de televisão”, de Setembro de 2002.

³¹⁸ Cf. “Novas opções para o audiovisual” documento da Presidência do Conselho de Ministros de Dezembro de 2002.

³¹⁹ Cf. Relatório e contas da RDP de 2002, páginas 5-6.

³²⁰ Cf. “Televisão e rádio estatais a caminho da fusão” in *Semanário*, de 6 de Dezembro de 2002.

³²¹ Cf. “Quase mil trabalhadores abandonam RTP, RDP e Lusa”, in *IOL Diário* de 10 de Abril de 2003, consultado em www.iol.pt em 10 de Abril de 2003.

algumas delegações³²², abrindo caminho para a futura partilha da sede, na zona de Cabo Ruivo, que acontecerá a partir de 2004.

194

A consolidação jurídica que serve de base à reestruturação do sector acontece em 2003. Em Agosto são publicadas a lei da televisão³²³, a lei do financiamento³²⁴ e a lei que estabelece o novo modelo empresarial do sector audiovisual do Estado³²⁵.

A PG é extinta e, da RTP, nasce, a 1 de Janeiro de 2004, uma nova *holding*, a Rádio e Televisão de Portugal SGPS, SA, que fica titular das participações do Estado na comunicação social: RTP – serviço público de televisão³²⁶; RDP, SA; RTP Meios de Produção; PTDP e novos operadores regionais de televisão (ilhas)³²⁷.

A RDP, SA mantém a sua existência jurídica, como entidade que explora as emissões do serviço público de rádio. A titularidade do contrato de concessão é transferida para a nova RTP SGPS, SA. Passa a existir apenas um CO, cujos pareceres não têm poder vinculativo. Doravante, a Alta Autoridade para a Comunicação Social poderá vetar apenas as nomeações dos directores de programas e informação. O CA volta a ser eleito pela AG que é composta pelos accionistas, neste caso, o Estado. A nova *holding* tem um papel mais activo na gestão integrada das duas empresas do que a anterior PG.

O financiamento da nova *holding* passa a ser feito com base no Orçamento Geral do Estado e numa contribuição para o audiovisual, que sucede à taxa de radiodifusão. O resto do financiamento será feito através de indemnizações compensatórias de quatro em quatro anos. A publicidade televisiva fica afectada apenas às dívidas da empresa. O Estado cobre os custos da reestruturação, incluindo a financeira, da fase transitória e de situações extraordinárias. Uma das explicações mais frequentemente

³²² Um processo gradual que incluiria Coimbra, Faro, Porto e delegações internacionais.

³²³ Cf. Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto.

³²⁴ Cf. Lei n.º 30/2003, de 22 de Agosto.

³²⁵ Cf. Lei n.º 33/2003, de 22 de Agosto.

³²⁶ O novo operador de serviço público de televisão, que nasceria da RTP, integraria o canal generalista, a RTP África e Internacional, os dois novos projectos no cabo, serviços multimédia, a gestão do segundo canal e a operação dos canais insulares numa fase transitória.

³²⁷ Transitariamente, a *holding* teria a seu cargo duas participações: Sport TV e EBS 2004.

avançadas para a junção das empresas, foi a possibilidade que o Governo encontrou de canalizar receitas da taxa de radiodifusão para a televisão³²⁸.

Com a junção das empresas, foi adoptada uma imagem unificada para todos os canais de rádio e televisão. A presença da RDP e RTP na Internet é integrada num novo portal conjunto. Há uma integração identitária sob o domínio da sigla RTP, o que, de acordo com José Nuno Martins, acaba por resultar na diluição da identidade da rádio³²⁹.

Em meados de 2004, com a saída de Durão Barroso para a Comissão Europeia, Pedro Santana Lopes assume a chefia do Governo. Porém, mantém-se a tutela da comunicação e nada muda na política para os *media* públicos. Em Março de 2005, após a dissolução do Parlamento, sobe ao Governo uma maioria socialista. Com a legislação entretanto aprovada, a administração não podia (salvo em casos de falta grave) ser destituída até ao termo do mandato, que só ocorreria em 2007. A fusão prossegue, mas a mudança de Governo tem consequências para os operadores públicos. Desde logo, o processo de regionalização da rádio e da televisão nas ilhas é suspenso³³⁰.

Em 2005 e 2006, depois de longas negociações, é adoptado um acordo colectivo de trabalho, que regula a relação com os trabalhadores da rádio e da televisão em iguais moldes. Em 2005, o grupo RTP tinha 2350 trabalhadores³³¹; o número era semelhante ao dos trabalhadores da televisão em 2002, o que significava um decréscimo de cerca de mil postos de trabalho em relação ao início da reestruturação das empresas.

Em 2007 será criada uma empresa única para o audiovisual público³³². A RDP desaparecerá, mantendo-se apenas enquanto marca associada ao serviço público de rádio, nomeadamente nos canais regionais e internacionais.

³²⁸ Cf. “As causas da coisa radiofónica”, de Adelino Gomes, *in* Público de 31 de Dezembro de 2002.

³²⁹ Cf. “A qualidade média da RDP é superior à das rádios privada” *in* Jornalismo e Jornalistas n.º35, de Set/Out. de 2008 e “Provedor do ouvinte permanece em funções” *in* Diário de Notícias (edição online), de 1 de Maio de 2008, consultada em http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=998738, em 20 de Junho de 2010.

³³⁰ Cf. “Demissão do Governo congela regionalização da RTP e RDP”, *in* Público, de 14 de Dezembro de 2004.

³³¹ Cf. Relatório e contas da RTP de 2005.

³³² Cf. Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro.

Embora em momentos diferentes, todas as rádios da RDP foram mudadas durante este processo. A maior mudança acontece na Antena 1, que passa a apostar numa informação concorrente à TSF e numa reorientação musical que pretende rejuvenescer o auditório. É adoptada uma *playlist* em substituição da grelha baseada nos programas de autor. A Antena 2 acentuará em 2005 uma mudança que já se sentia nos anos anteriores e que se traduzia no alargamento temático da emissão. A Antena 3 tinha sofrido uma renovação recente, pelo que o seu reposicionamento acontece apenas em 2005. O objectivo era apelar aos mais jovens, conservando a geração de ouvintes e profissionais que, entretanto, amadurecera com a estação. As antenas internacionais da rádio pública foram também ajustadas, passando a ser alvo de uma gestão comum.

Além da imagem dos canais, a linha de investimento tecnológico da nova rádio pública também mudou claramente. Em 2006 houve deus-se um enorme salto no aproveitamento da Internet pela rádio pública. O número de *podcasts* disponíveis aumenta e é implementado o serviço de RSS para as notícias e novidades do portal. São lançadas as primeiras rádios de oportunidade, exclusivamente *online*: a Rádio Mundial, a Rádio Mozart, e a Rádio DAKAR 2006 são os primeiros canais temporários, criados para o acompanhamento de acontecimentos específicos. É a resposta à limitação de canais em FM. A estratégia da rádio pública passa agora pela Internet (num portal agregador com o domínio RTP) e pelas condições de transmissão da emissão internacional. O DAB foi, pelo menos temporariamente, posto de lado. O caminho da rádio e da televisão públicas virou-se para a integração de conteúdos e para a produção multiplataforma.

Conclusões

O nascimento da rádio pública, devido à falta de planeamento aquando da nacionalização, resultou em problemas estruturais e financeiros que demoraram anos a ser sanados. A dificuldade em atingir um equilíbrio financeiro recorrendo exclusivamente à taxa de radiodifusão levou à manutenção de uma rádio de serviço pú-

blico que tolerava um sector com publicidade (com a RC e as rádios locais). Apesar do final da publicidade, a partir de meados da década de 90, a RDP conseguiu modernizar-se sem hipotecar a boa situação financeira que atingira. A sua independência era-lhe garantida pelo financiamento exclusivo através da taxa de radiodifusão e pelo papel do CO, na eleição da maioria dos elementos da administração.

A grave situação financeira da RTP esteve na origem de uma profunda reestruturação do sector audiovisual público. Da junção da rádio e da televisão, nasce um novo operador que passa a usufruir da ex-taxa de radiodifusão e cujo elenco administrativo já não passa pelo crivo independente do CO. O novo modelo de eleição do CA pelo accionista Estado configura uma diferente aplicação do conceito de independência na gestão dos *media* públicos.

Claramente, a identidade da rádio pública (RDP) sai diluída do processo de junção, o que é patente na adaptação do nome do novo operador e na integração *online* dos seus serviços. Com o fim da RDP, tem início uma nova fase na vida da rádio pública em Portugal.

Bibliografia

- Azevedo, A. P. 2001. As rádios locais no pós-25 de Abril. *Observatório*. n.º4, pp. 65-96.
- Carvalho, A. A. 2002. *Valerá a pena desmenti-los?*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Cristo, D. 2005. *A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Maia, M. 1995. *Telefonia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mesquita, M. 1996. Os Meios de Comunicação Social. In: A. Reis, (coord.) *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Temas & Debates, pp. 360-396.
- Monteiro, D. J. 2008. *O serviço público de radiodifusão: o caso da Antena 3*. Seminário de investigação. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Ribeiro, N. 2005. *A Emissora nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo 1933-1945*. Lisboa: Quimera Editores.
- Serejo, F. 2001. Rádio – Do marcelismo aos nossos dias (1968-1990). *Observatório*. n.º4, pp. 65-96.
- Sousa, H. 2008. Políticas da Comunicação no novo milénio: Crises, Impasses e Fracturas. In: M. Pinto e S. Marinho, org. *Os media em Portugal nos primeiros cinco anos do Século XXI*. Porto: Campo das Letras, pp. 13-33.

Jornais citados

198

A Capital

Diário de Lisboa

Diário de Notícias

Expresso

IOL (online)

Jornal de Notícias

Jornalismo e Jornalistas

Novo Jornal Cabo Verde

O Tempo

Público

Semanário

Sete

Tal & Qual

Arquivo da RTP

Comunicação interna e documentação (1974-2007)

Informação Rádio – Boletim da RDP

Ordens de Serviço da RDP (1974-2002)

Ordens de Serviço RDP/RTP (2002-2007)

Relatório e Contas (1974-2007)

(Página deixada propositadamente em branco)



eBOOK

Série Documentos

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2011

